

PN-ABZ-832

**A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS:
RELATÓRIO DA MISSÃO FINAL**

VLAD M. KACZYINSKI

**JULHO DE 1995
GUINÉ BISSAU**

RELATÓRIO TIPS Nº 47(B)P

WP II TC 1B 4-m
(Esta tradução não inclui anexos)

4

Vlad M. Kaczynski
Consultor - TIPS

Seattle, 5 de julho de 1995

**Relatório da Missão Final
(21 de maio - 11 de junho de 1995) e
Recomendações para Futuras Ações**

Em prosseguimento ao escopo de trabalho para a missão entre 21 de maio e 11 de junho de 1995, gostaria de apresentar o Relatório Final sobre atividades que - durante essa missão - foram realizadas em colaboração conjunta com o consultor em Treinamento de Pesca, Prof. Dave Fluharty (o Relatório do Dr. Fluharty está anexado a este documento).

1. Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros

Devido à importância do Acordo de Cooperação Pesqueira com a Comunidade Econômica Européia, o Ministério da Pesca (e o próprio ministro), e forte pressão do governo em maximizar a renda da venda de licenças de pesca em moeda forte, tivemos dificuldades em obter uma posição oficial do Ministério da Pesca sobre vários parâmetros-chave da proposta do Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros para 1995. Apesar de nossos acordos verbais anteriores com o ministro sobre o Total de Pesca Permissível (TAC) para os mais importantes grupos de espécies (camarão, peixes demersais, cefalópodes, pelágicos pequenos e grandes) e o esforço pesqueiro correspondente (tonelagem e número de navios com permissão para pescar) houve pouco comprometimento para aplicá-los em decisões de políticas práticas. De acordo com nossa informação nenhum trabalho prévio foi feito no Ministério (CIPA, Departamento de Estudos e Planejamento, Conselho Executivo do Ministério da Pesca) para preparar e seguir as medidas.

Durante nossa reunião como Ministro Artur Silva, em 25 de maio de 1995, ele deu a entender que os cortes no esforço pesqueiro na pesca do camarão com que havíamos concordado previamente não deverão ser completamente respeitados e que, de fato, ele deverá aumentar para duas vezes a tonelagem de pesca permitida à frota européia nos já depauperados estoques dessa espécie (aumentando dos 3,500 TAB recomendado por nós para aproximadamente 7,000 TAB). Isto é devido à Comunidade Econômica Européia ter ameaçado cortar a compensação financeira estabelecida no Acordo se redução de esforço para sua frota camaroeira for imposta pela RGB. Ficou claro que o Ministério da Pesca estava sob forte pressão do governo (Ministério da Fazenda, em particular) para sacrificar o objetivo de preservação dos recursos vivos como um preço a pagar pela maximização da renda a ser gerada pelo Acordo de Cooperação Pesqueira com a Comunidade Econômica Européia.

Acontecimentos posteriores (comentários do ministro, conversas do Dr. Fluharty's com executivos do Ministério da Fazenda, conversas e seminários conjuntos com executivos do Ministério da Pesca) permitiram concluir que a introdução da regulamentação de cotas de limitação e esforço pesqueiro como meio de preservação dos depauperados recursos pesqueiros deverá demorar mais do que inicialmente tínhamos imaginado.

O limite de pesca (baseado em nível total de pesca permissível previamente determinados - TAC) e redução do esforço pesqueiro são as peças centrais do Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros proposto. Foi, portanto, necessário tomar passos adicionais que poderiam levar o governo a implementar ações de políticas previamente aprovadas e adoção de um sistema mais restrito da distribuição de recursos como havia sido proposto pelo Plano.

Esse problema e o fato de que os altos-escalões do Ministério estavam ocupados se preparando para a viagem a Bruxelas para as negociações com a UE contribuíram para atrasos no trabalho do Ministério para a redação final desse Plano.

Por outro lado, fomos capazes de desenvolver atividades de treinamento bastante intensa e organizar vários cursos com pessoal de nível médio do Ministério da Pesca e com alguns executivos de outros Ministérios. Esse esforço foi projetado para explicar o que o Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros significa, que comprometimentos e restrições devem ser impostos para restabelecer os dizimados estoques de pescado nas 200 milhas da EEZ, e como o Plano pode ajudar o setor privado local a se expandir. Essa iniciativa resultou em uma compreensão bem melhor e crescente consenso entre o pessoal do Ministério de que o Plano é um instrumento útil e necessário para o desenvolvimento e sustentabilidade dos recursos nacionais.

Durante várias reuniões com o Sr. Henrique A. Silva (nomeado pelo Ministro para servir como um coordenador do Ministério para o projeto da pesca do TIPS) concordamos previamente com o seguinte acordo inicial para as cotas anuais (TAC's) para os principais recursos pesqueiros:

camarão	5,000 toneladas,
peixes demersais	10,000 toneladas,
cefalópodes	5,000 toneladas,
pequenos pelágicos	nenhum limite de TAC e
atum	5,000 toneladas.

Também concordamos que, utilizando estas diretrizes baseadas no Plano, tais cotas serão apresentadas durante a Mesa Redonda do Setor da Pesca em 9 de junho de 1995, coordenada pelo Sr. Henrique Silva.

Entretanto, a cooperação do Ministério da Pesca nas preparações do Plano não foi adequada. Apesar de declarações anteriores, o grupo de trabalho do ministério no auxílio à redação do Plano não funcionou como esperado e o Centro de Pesquisa da Pesca (CIPA) não apresentou qualquer recomendação oficial de restrições específicas para a pesca (especialmente TAC'S) que deveriam ser incluídas neste Plano. Dificuldades internas de pessoal no Ministério da Pesca também contribuíram para atrasos nas

preparações de gestão e ações de políticas já acertadas e apoiadas oficialmente.

Para superar este problema continuamos com intensas consultas individuais com peritos locais (Paul Turpin, A. M. Santos, S. Djassi, H. Silva, M. Kassimo), peritos da Marinha (Sr. Sr. Feliciano e Didio), Capitania dos Portos (Sr. Mario Mendonsa, Sr. Carlos Silva), Comitê de Recursos Naturais a Assembléia Geral dos Deputados, Ministério das Relações Exteriores (Sr. Pierre Turpin), entre outros.

O Prof. Fluharty trabalhou intensivamente na reunião de oficiais do setor público tanto durante os seminários quanto individualmente. Nós concentramos nossa atenção em sessões de treinamento menos formais e discussão organizada com indivíduos ou grupos pequenos a nível informal. Este tipo de treinamento foi muito bem sucedido. Nós ganhamos mais e maior compreensão e apoio para as idéias incluídas no Plano proposto.

Entretanto, nós deveríamos ter recebido do Ministério um estudo mais claro e oficial sobre o TAC'S, limites do esforço pesqueiro, incentivos econômicos e taxas de licença para as companhias de pesca privadas (tanto nacional quanto com empresa de capital estrangeiro) dispostas a usar Bissau como base para suas operações e medidas de privatização a serem implementadas referentes à mercadização de pescado e retirada do governo das várias atividades comerciais no setor.

2. Apoio para as Negociações com a UE

Nós preparamos vários documentos para a delegação da RGB antes da sua partida para as negociações em Bruxelas:

- 1) Memorando sobre Negociação do Acordo Pesqueiro com a EU - preparado pelo MP, com a maioria dos dados estatísticos vitais preparados pelo Projeto TIPS,
- 2) Recomendações para a delegação da RGB a Bruxelas - com opções e sugestões preparadas para o Sr. Ministro de Pesca,
- 3) Levantamento de Alternativas de Financiamento sendo enfrentadas pelo governo durante o período de negociação do Acordo de Cooperação Pesqueira com a UE. Este documento foi também apresentado na Assembléia Nacional durante uma reunião especial com os representantes interessados no setor da pesca.
- 4) Dados estatísticos para o Sr. Ministro - sobre a situação no setor durante 1994.
- 5) Recomendações e diretrizes para o Sr. Ministro para visita planejada à ICCAT - International Commission on Conservation of Atlantic Tuna (Comissão Internacional para a Preservação do Atum no Atlântico) - em Madri, na Espanha e obter informações sobre a pesca do atum no Atlântico Central Leste.

A maioria das opções e recomendações sugeridas foram discutidas anteriormente com o Sr. Ministro (26 de maio de 1995).

III. Fortalecendo das Capacidades do Ministério para a Gestão das Atividades Pesqueiras

A fim de determinar os principais pontos fracos do gerenciamento do Ministério da Pesca que deveriam ser tratados e para preparar o setor para uma nova política de ação para os recursos, como foi recomendado pelo Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros, o Prof. Fluharty manteve várias reuniões com funcionários públicos do Ministério da Pesca seguidos por discussões sobre como prosseguir com o Plano considerando-se as situações existentes que são de difícil resolução tanto no Ministério quanto no setor da pesca em geral.

Após estas consultas nós chegamos à conclusão de que estas necessidades poderiam ser melhor satisfeitas seguindo as recomendações do Dr. Fluharty em seu Relatório Preliminar sobre sua Missão (28 de maio a 11 de junho de 1995). Veja materiais anexados.

Os resultados a que chegamos indicam que há completa falta de fluxo de informação e coordenação no Ministério. Todos os departamentos mantêm seus próprio dados estatísticos e coletam seus próprios dados. Informações sobre atividades pesqueiras, venda de licenças, acordos fechados, renda, custos e outros dados de vital importância não estão prontamente disponíveis. Em alguns casos o consultor expatriado serviu como intermediário, recebendo dados dos Departamento de Pesca Industrial e passando-os para o Departamento de Estatística, de modo que eles pudessem atualizar seus arquivos e resumos que, posteriormente, foram transferidos para o Ministro.

Esta situação se tornou particularmente evidente durante a preparação do delegação guineenses para as negociações do Acordo Pesqueiro com a UE. A maioria dos dados estatísticos relevantes foram aqueles produzidos pelo Projeto TIPS utilizando material estatístico não-processado, disponível no Ministério da Pesca. Nós fomos informados de sua existência e os recebemos apenas porque usamos meios excepcional, tais como conversas em reuniões sociais e fizemos troca de informação entre diferentes partes do Ministério.

Há duas abordagens que se poderia considerar:

A primeira é recomendar medidas de curto prazo para responder às dificuldades existentes no Departamento de Estatística do Ministério, e

A segunda é resolver os problemas existentes em todo o Ministério e tentar resolvê-los em uma escala mais ampla.

Sugestões adicionais:

- a) O Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros para os próximos anos ser preparado por todos os departamentos utilizando-se a rede proposta. Isto permitiria uma interação real entre os diversos departamentos e indivíduos.
- b) A significância sócio-política desse sistema de gestão aperfeiçoado deverá também ser grande. Nós antecipamos que mais um ambiente de colaboração no Ministério será criado, o que deverá beneficiar a todos ao fornecer novo significado de comunicação entre os departamentos.

Estratégia resultante do treinamento poderia ser feita da seguinte maneira:

- a) Deveríamos organizar treinamento para o pessoal de todos os níveis do Departamento de Estatística, especialmente em aplicações bio-estatísticas para pesca, gestão, políticas, ciências econômicas haliêuticas, etc.,
- b) Haverá necessidade para treinamento individual de executivos em posições altas e médias em outros departamentos do Ministério, na operação de computadores e no uso de diversos programas de estatística e gráficos.
- c) Poderíamos oferecer treinamento para futuros treinadores em dados estatísticos e computação.
- d) Treinamento do uso do sistema de correio eletrônico tanto internamente quanto internacionalmente .

Análise mais detalhada do treinamento e outras necessidades do Ministério são discutidas no Relatório do Prof. Fluharty.

4. Mesa Redonda sobre o Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros e Apoio à Indústria Privada

A Mesa Redonda foi organizada no dia 9 de junho de 1995 na sala de convenções do TIPS e atraiu muitos representantes do setor público e da indústria privada. Antes de apresentar as informações sobre a Mesa Redonda, gostaria de submeter os seguintes comentários a respeito da importância desse acontecimento para a gestão das atividades pesqueiras na RGB.

- a) A Mesa Redonda foi outra oportunidade para compartilharmos nossa experiência e fazer recomendações de medidas de gestão que devem ser implementadas mas também para expressar o apoio geral ao Plano,
- b) Mostramos a interrelação entre uma boa gestão de recursos marinhos vivos e o desenvolvimento do setor privado da pesca nacional na Guiné,

- c) A Mesa Redonda foi precedida por um extensivo esforço para explicar a todos os níveis do governo e opinião pública (Assembleia Geral, outros Ministérios, setor privado), a ideia de uma gestão mais responsável dos recursos pesqueiros e apresentamos várias ferramentas de gestão que, devido à sua simplicidade - são tanto compreendidas quanto apoiadas por um crescente número de pessoas na Guiné Bissau.
- d) A Mesa Redonda poderia ser mais efetiva na obtenção de apoio mais amplo e participação do governo se mais pessoas-chaves na esfera de tomada de decisões e executivos do Ministério tivessem participado dessa reunião. A maioria destas pessoas foi para Bruxelas para as negociações do Acordo Pesqueiro com a UE.
- e) O evento, juntamente com o treinamento realizado em cooperação com o Dr. David Fluharty, foi bem sucedido no sentido de se ganhar maior apoio para nosso Plano, mas para suas recomendações serem mais efetivas - nós deveremos entregar um curto resumo (de uma ou duas páginas) ao governo para que ele dê seu apoio às iniciativas do Projeto TIPS.

5. Resultados da Missão a Madri (13 a 16 de junho de 1995)

Os resultados específicos da Missão a Madri foram enviados para o TIPS no dia 16 de junho diretamente da Espanha. Os resultados deveriam ser considerados parte desse Relatório Final.

De acordo com os peritos da ICCAT não faz nenhum sentido estabelecer cotas para o atum (em particular albacora, listão e patudo - três das espécies mais importantes pescadas em águas guineenses) porque estas espécies são altamente migratórias. Todos os anos elas se movem ao longo da costa da África Ocidental, do Açores ao Golfo da Guiné. A partir daí voltam ao oceano e fecham seu ciclo de migração na área do Açores.

Por outro lado, todos os cardumes de tuna estão altamente explorados ou depauperados, em particular o albacora - e a ICCAT recomenda cortes no esforço pesqueiro. Isto significa que o número de barcos atuneiros com permissão para pescar deveria ser reduzido e não crescer (como aconteceu no Acordo RGB-EU) e a ICCAT está firmemente recomendando cortes gerais em intensidade na pesca do atum na região. Infelizmente, a ICCAT - como outros órgãos de gestão internacional - não tem nenhuma capacidade de fiscalização, e os operadores europeus (França, Espanha) e asiáticos (Japão, Coréia, Formosa, República Popular da China) ignoram estas solicitações completamente.

Nestas circunstâncias, a ICCAT pediu que eu informasse ao TIPS e ao Ministério da Pesca que a melhor maneira de se iniciar o controle da pesca do atum na África Ocidental é aumentar as taxas de licença e outros benefícios para os países costeiros e tomar medidas coordenadas através da Comissão Regional de Pesca. Neste caso, o Senegal, Cabo Verde, RGB, República de Guiné, Serra Leoa, Costa do Marfim e outros países costeiros poderiam estabelecer uma cota regional, dividi-la entre zonas particulares e limitar o conjunto de esforço (número de atuneiros cerqueiros, de palangre e cana) que

poderiam operar em toda a área. Entretanto, por diversas razões, tal acordo não é possível agora. Entretanto, o ministro poderia levantar esta questão com outros países o mais rápido o possível.

Enquanto isso, foi recomendado ao governo tomar as seguintes medidas para proteger seus próprios interesses:

1. Aumentar unilateralmente as taxas de licença para todos os barcos atuneiros que fizerem pedido de licença de pesca, utilizando-se dois critérios:

- a) importância global para taxas anuais de licença (ou pro rata temporis para períodos mais curtos) para cada barco. A taxa, entretanto, deveria ser mais alta para atuneiros cercadores, (por exemplo, US\$ 35,000 por ano). Atuneiros de palangre poderiam pagar aproximadamente menos 20 % da taxa (ou seja US\$ 28,000 por ano) e cana 40% menos que cercadores (ou seja, US\$ 21,000 por ano). Isto é devido às taxas de captura diferirem entre estes tipos de navios,
- b) Para cada tonelada de atum pescado na ZEE da RGB estes barcos deveriam pagar US\$ 30.
- c) A renovação da licença para o próximo ano (ou outro período) está estritamente sujeita à entrega de dados estatísticos dentro do prazo estipulado sobre a captura na ZEE da RGB. Estes dados deveriam ser transmitidos por rádio ou através de um representante da UE em Bissau a cada dois meses e incluir todo o tempo gasto nesta zona. Se o barco estiver atrasando a entrega destes dados a licença não deveria ser renovada. Isto é o que propõe o ICCAT.

O pagamento da taxa pela pesca do atum (para cada tonelada) deveria ser recebido pelo governo da RGB antes da próxima licença ser concedida.

2. Apresentar o Relatório sobre Atum à Comissão Regional da Pesca e tentar chegar a um acordo com outros país do Oeste Africano sobre taxas de licença, limitação de esforço, acervo de dados estatísticos e sanções coordenadas contra navios atuneiros violando regulamentação de acordos de pesca do atum nas águas desta região costeira. Se necessário, o TIPS poderia patrocinar a preparação de tal documento para o ministro. Possivelmente, tal estudo poderia ser preparado juntamente com peritos do Ministério da Pesca.

3. Através do Ministério das Relações Exteriores, o governo poderia enviar comunicações diplomáticas para embaixadores da França, Espanha, ao atual presidente da UE em Bruxelas, ao Presidente da FAO em Roma, ECOWAS, e outras organizações regionais e internacionais demonstrando por um lado a completa falta de respeito pela UE, de suas próprias obrigações dentro do Acordo de Cooperação Pesqueira (por exemplo 1993/95) vis-a-vis a RGB, o pagamento substancialmente abaixo do valor real das taxas de licença ao governo e nenhuma preocupação quanto às medidas de preservação do atum que são recomendadas por competentes organizações internacional. Tal comunicação poderia indicar, em números, qual o benefício econômico que as frotas estrangeiras atuneiras obtêm da operação em águas guineenses comparado e o valor que elas pagam por suas capturas em comparação a áreas tais como o Oceano Índico e o Oceano Pacífico Oeste.

Em resumo, a injustiça do atum deveria ser trazida ao público na Europa e outras partes do mundo (Japão, Formosa, Coréia) e a Guiné Bissau poderia esperar rápidos e energéticos passos que os governos desses países devessem dar para satisfazer completamente (tanto a nível monetário quanto em termos de políticas) para o governo da RGB quanto às infrações existentes das normas e acordos internacionais dos quais a RGB faz parte.

Se necessário o TIPS poderia trabalharnessa questão em cooperação com o governo (Ministério da Pesca, Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Cooperação Internacional e outras agências governamentais).

Em resumo, há a necessidade de tomar passos mais energéticos e bem direcionados para deter as práticas das frotas estrangeiras que são danosas aos seus recursos pesqueiros.

6. Futuras Tarefas em Atividades Relacionadas ao Setor da Pesca

No dia 10 de junho de 1995, o governo da RGB assinou um novo Acordo de Cooperação Pesqueira entre a Comunidade Econômica Européia e a RGB para 1995/1997. Este acordo deverá ter forte impacto na gestão dos recursos marinhos vivos e nas oportunidades para o desenvolvimento do setor privado. Levantamentos preliminares desse Acordo foram submetidos ao TIPS em 11 de junho de 1995. À luz deste acordo e da situação do setor da pesca guineense mencionada acima gostaria de apresentar as seguintes recomendações aos TIPS a respeito de nosso futuro esforço e estratégias:

1. É necessário para ter uma declaração oficial de comprometimento do Ministério a respeito de sua clara definição de TAC para todas as espécies comerciais mais importantes que nós poderíamos incluir na proposta do Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros,
2. É importante que o Ministério declare quais regulamentos específicos e medidas de controle (número de licenças, número e tamanho de barcos, tipos de navios de pesca e equipamento, tempo de pesca e outros parâmetros vitais) ele concorda em aplicar uma vez que o Acordo com a EU esteja assinado e licenças para 22 navios da República Popular da China sejam vendidas até o final de 1995.
3. Deveríamos obter um acordo do Ministério da Pesca estabelecendo muito claramente um plano de taxas de licença para todas as companhias dispostas a basear suas operações de pesca no Porto de Bissau. O Ministério poderia fazer isto criando uma lista de diversos tipos de companhias ou outros acordos comerciais que deveriam ser mais ou menos integrados à economia nacional.
4. Medidas legais específicas deveriam ser negociadas agora (Sr. Ministro, Sr. Malal Sane entre outros) de modo que os incentivos mencionados acima sejam

transformadas em legislativo medidas. O Sr. Sane está atualmente redigindo o regulamento sobre a pesca para a implementação da Lei da Pesca da RGB. Estes regulamentos deveriam incluir a implementação do Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros e incentivos para o setor privado.

5. Considerando-se os atrasos de resposta e contribuição do ministério à preparação do Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros (TACs, princípio TAC/TAB de controle do esforço pesqueiro e atrasos na promoção da privatização no setor, sugerimos que nosso Plano Anual de Gestão dos Recursos Pesqueiros seja preparado não para 1995 mas para 1996.

6. Quando trabalhando no Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros nós deveríamos continuar a avançar nosso Programa de Ação, que deverá implementar nossas Recomendações de Políticas para o setor. O Programa de Ação é composto por várias ante-propostas de Projeto que deverão ser o documento básico para planejarmos a Mesa Redonda Internacional de Doadores sobre o Desenvolvimento Setor da Pesca da RGB.

7. Várias boas idéias para ante-propostas estão disponíveis agora. As recomendações do Dr. Fluharty's e nossos planos anteriores poderiam ser bem espelhado neste pacote. Nós poderíamos considerar:

Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros,
Melhorias Institucionais do Programa de Fiscalização,
Arquivo Processamento de Dados para Necessidades das Políticas,
Linha de Crédito para Setor da Pesca Industrial,
Privatização do Setor da Pesca Guineense,
Gueinização das 200 milhas dos recursos da ZEE,
Avaliação dos estoques de pescado guineense e
Reabilitação do cais industrial em Bissau

são exemplos ante-propostas de Projeto para a Mesa Redonda.

TIPS Project - FISHERIES

CONVERSATION WITH THE MINISTER OF FISHERIES MAY 24, 1995

1. Definition of quotas/year (TAC) for:

Shrimp -	4,000 t
Demersal fish	50,000 t
Cephalopods -	10,000 t
Pelagic	no limit
Tuna	5,000 t
By-catch -	%% ?

2. Introduction of the criteria for Total Allowable Catch

Example: In order to catch 4,000 t of shrimp during a year only 22 to 24 vessels are allowed to operate (licenses).

What is the shrimp harvest by the Chinese fleet?

How many licences for the EU would it be necessary to cut?

3. Calculation for the license of tuna fishing:

Option I:

Market value of the captured and processed tuna: the value of 1 ton of yellowfin tuna is US\$ 1,200 CIF Italy.

Possibility "a": 5% of this amount generates approximately US\$ 12,500 per ship (32 tuna vessels). The total for 32 vessels = US\$ 400,000/year

Possibility "b": 7% of the market value indicates the value of the licence: US\$ 17,500. The total for 32 vessels = US\$ 560,000/year

Option II

The coastal countries of the Western South Pacific apply a value of US\$ 30,000/tuna vessel/year. In case that the RGB would apply these levels the total amount would be US\$ 960,000.

Position of the Government regarding possible change (reduction or increase) of budget revenues:

Reduction of the GRT for European shrimp vessels may decrease the Compensation paid by Brussels from 2 to 4 million dollars. Result: Compensation from Ecu\$ 8,000,000 to 10,000,000.

Possibilities to eliminate this deficit during 1995/97:

- a) Increase the license fee for tuna fishing to levels of US\$ 30 - 35,000 by vessel/year.
Sell the licenses for the whole year and not quarterly or other periods,
- b) Renegotiate the conditions for fishing with China
Increase the payment of licence fees to China
Privatize the Chinese Project
To demand payment of debt - amount not paid by China - see Fishery Policy documents (TIPS) - approximately US\$ 600,000
- c) Fish supply as part of payment for fishing licenses, by the EU.
- d) Support the development of artisanal fishery
- e) Administrative support

4. Agreement with eu

Agreement with Senegal (Agreement + Protocol) as reference for Guinea-Bissau:
Prepare the most important points in the agreement debate negotiated in Brussels, June 1995.

Basic criteria:

- Combination of TAC and GRT,
- Reduction of quotas and effort
- Renegotiate license fees (including tuna)
- Negotiate pending payments of (shrimp TAB)
- Validity of agreement or authorization for quotas (6 months, 1 year, etc.)

5. Contacts during the next weeks with the Minister and the MF coordinator.

6. People to contact and presentation of documents. Plan drafts and recommendations for the negotiation in Brussels.

- a) Prof. Fluharty tasks,
- b) Possible contacts the fishery commission from the National Assembly

7. In case Brussels insists in the separation of license compensation, the government can deal directly with the operators and establish tuna licenses unilaterally. In Madrid - how and when to transfer the data from the ICCAT?

8. Miscellaneous issues:

- a) Quotas for the national Industrial Fishery,
- b) Sale of fish supplied by Chinese Project and other foreign fleet by the private sector,
- c) Surveillance Program,
- d) USAID project Fluharty- study on the sunken ships at the Port of Bissau.

Vlad M. Kaczynski
Consultor
TIPS

Bissau, 10 de junho de 1995

Amb. John Blacken
Nacional Coordinator
TIPS
Bissau
Guiné Bissau

Re.: Levantamento do Acordo de Cooperação Pesqueira entre
a RGB e a Comunidade Económica Europeia 1995/1995

Caro John:

Em seguimento à nossa Mesa Redonda de 9 de junho de 1995 sobre o Plano Anual de Gestão dos Recursos Pesqueiros e "gueinização" das atividades pesqueiras na 200 mihas da ZEE, gostaria de lhe apresentar os seguintes comentários sobre Acordo de Cooperação Pesqueira entre RGB e Comunidade Económica Europeia 1995/1995 assinado recentemente. Este é um resumo preliminar dos resultados antes de que mais informação esteja disponível sobre os detalhes e circunstâncias de negociações e/ou outro documentos anexados que poderiam ser apresentados durante as reuniões em Bruxelas de 5 a 9 de junho de 1990.

A. PRINCIPAIS COMPONENTES DO ACORDO

São os seguintes os principais resultados positivos das negociações de Bruxelas:

1. O fato de que o Acordo foi assinado e o impasse criado por diferenças de pontos de vista de ambos os lados foi superado.
2. O TAB para camarão foi reduzido dos 11,000 para 8.800 TAB - uma redução de 2.200 TAB (20%) em comparação ao antigo Acordo.
3. O limite total do TAB para peixes demersais e cefalópodes como espécie-alvo é 4,000 TAB. Esta tonelagem poderia chegar a pelo menos 10,000 toneladas de pescado e cefalópodes juntos.
4. A compensação total para 1995/97 é \$Ecu 10.800,000, uma redução de 10% em relação ao Acordo de 1993/95.

5. Se os proprietários dos barcos quiserem comprar mais licenças e usar maior TAB para a pesca do camarão do que o estabelecido no ponto 2, a UE deverá pagar \$1.200,000 Ecu adicionais.
6. A pesca do atum será realizada por:
- | | |
|---------------------------|-----------|
| Atuneiros cerqueiros | 26 barcos |
| Atuneiros palangre e cana | 16 barcos |
7. O seguintes pagamentos adicionais serão feitos pela EU à RGB (período de 2 anos) - em \$Ecu:

Apoio para pesquisa científica	150,000
Apoio Institucional (administração)	100,000
Treinamento e Estipêndio	100,000
Apoio à Pesca Artesanal	150,000
<u>Apoio ao Sistema de Fiscalização</u>	<u>200,000</u>
Total de compensações adicionais:	Ecu\$ 700,000

B. REPERCUSÕES PARA A GUINÉ BISSAU

1. Pesca do Camarão

A cota de 8.800 é 2.5 vezes mais alta do que necessário. A cota recomendada para a UE é de 3.500 toneladas. Este nível de produção foi o total declarado para 1994.

Exemplo:

O tamanho médio do barco camaroeiro europeu é 260 TAB.

Cada barco pescou em média 166 toneladas por ano.

8.800 TAB: 260 TAB = 34 navios em operação o ano inteiro.

34 navios x 166 toneladas/ano = 5.600 toneladas de camarão/ano

Em 1995 a RGB vendeu 52 licenças válidas de 1/1/ a 15/6/1995.

Conclusões:

- a) Usando-se uma base anual a RGB permitiu a pesca de 5.600 toneladas de camarão
- b) Por causa da alta proporção de pesca acidental de peixe e cefalópodes para a pesca do camarão (1 tonelada de camarão gera 1.8 toneladas de peixes demersais 1.3 toneladas de cefalópodes) o seguintes níveis de pesca acidental serão cumpridos sobre base anual (quantidades retidas em porões):

Peixes demersais = 10.080 toneladas

Cefalópodes = 7.280 toneladas

- c) A pesca acidental de camarão está abarcando todo o TAC sugerido para peixes demersais e cefalópodes.

Não há nenhum limite de pesca acidental na pesca de camarão como espécie-alvo.

2. Pesca do Atum

O número de navios atuneiros com permissão para cresceu em 10 por ano.
Capturas estimados de navios atuneiros:

26 cercadores x 4 tonel./dia x 160 dias de pesca	16.640 toneladas
16 palangre/cana	2.560 toneladas

Total de captura estimado	19.200 toneladas
---------------------------	------------------

A valor de mercado de US\$ 1,000 tonelada CIF o valor total de capturas é:	US\$ 19.200,000
---	-----------------

Licença a 5% nível geraria	US\$ 960,000
Taxas de licença a 7% geraria US\$	1.344,000

Entretando a licença está a Ecu\$ 1.500 x 42	63,000
--	--------

UE afirma que:

1 cercador captura por ano	75 toneladas de atum
1barco de palangre captura	15 toneladas de atum

3. Limites da Pesca Acidental

Espécies-Alvo	Max. pesca acidental em %
Camarão	Nenhum limite
Peixes demersais	10% camarão
Cefalópodes	5% crustáceos
	30% peixe

Outras condições do Acordo permanecem em geral semelhantes aos antigos acordos. A maioria dos importantes "restos" do antigo Acordo é um princípio de "média mensal do TAB durante o ano."

**PONTOS PRINCIPAIS
DO PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS
PARA 1995 - 1996**

1. O PGRP ESTABELECE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO (COTAS DE RECURSOS DISPONÍVEL PARA CAPTURA ANUAL OS ANOS E CORRESPONDENTES AO TAMANHO DA FROTA COMO EXPRESSA PELA TONELAGEM DE ARQUEAÇÃO BRUTA - TAB - DOS BARCOS PERMITIDOS A ENTRAR NAS 200 MILHAS DA ZEE),

2. COTAS E RESTRIÇÕES DE ENTRADA SÃO BASEADAS PARCIALMENTE EM DADOS ESTATÍSTICOS DISPONÍVEIS NO MP (INCLUSIVE DADOS DA CEE) E PARCIALMENTE SOBRE RESULTADOS DE NOSSO PRÓPRIO PROCESSAMENTO DE DADOS NO MP,

3. A DRÁSTICA LIMITAÇÃO DE COTA E ESFORÇO (TAB) - COMO SUGERIDAS NO PLANO PODERIA RESULTAR EM SÉRIA POLARIZAÇÃO NO GOVERNO. É NECESSÁRIO PROSSEGUIR MUITO CUIDADOSAMENTE E - TALVEZ - OFERECER ALGUMA COISA EM TROCA.

- a) Examinar taxas de licença pagas pela CEE a outros países e sugerir aumento de 10 - 15% baseado no valor de mercado das espécies pescadas,
- b) Aumentar tarifas 100 - 150% para a pesca do atum pela CEE e Japão,
- c) Restringir a pesca acidental ou cobrar tarifas mais altas para a pesca acidental de espécies (camarão), atum, caranguejo, lagosta, etc.),
- d) Verificar novamente e negociar com a CEE o sobreuso do TAB para camarão durante 1993 (o valor devido mas não pago é aproximadamente US\$ 4.5 milhão),
- e) Pedir à China o pagamento da diferença entre recursos pescados e pagamento das licenças em 1993 (US\$ 0.5 milhão),
- f) Começar a cobrar taxas de licença e tarifas para o chamado projeto "experimental" com a República Popular da China (potencial ganho de até US\$ 100,000),
- g) Aumentar a demanda para a cooperação comercial com parceiros da GB e abertura dos mercados de importação na Europa para o pescado guineense.
- h) Estimular o crescimento da frota nacional.

18

Ministry of Fisheries

GAI - Gabinete de Estudos e Planeamento

and

TIPS - Trade and Investment Promotion Project

Conclusions and Recommendations for the first Annual Management Plan for the living marine resources in West Africa. The study and result of several scientific studies, intersectorial meetings and professional analysis done by the Working Group of the fisheries sector in cooperation with foreign experts under the counsel of the Ministry of Fisheries and TIPS Project, - Bissau.

**Proposal for the
Annual Fishery Management Plan
in Guinea-Bissau**

Coordination:

Sr. Henrique Antonio da Silva

Vice-director
Studies and Planning Office
Ministry of Fisheries

Presented by:

Professor Vlad M. Kaczynski

in collaboration with

Professor David L. Fluharty

School of Marine Affairs
University of Washington
Seattle, WA, USA

TIPS consultants

Bissau,
June 1, 1995

Trade and Investment Promotion Support Project (TIPS),
Guinea-Bissau
June 2, 1995

**SUMMARY OF THE
FISHERY MANAGEMENT MEASURES
AND THEIR ECONOMIC-FINANCIAL IMPACTS
ON THE RGB**

The current tendencies in the sector

Fishery resources in the RGB waters are in a continuous state of decline caused by the uncontrolled activities of foreign fleets and management inefficiency and protection of the EEZ by the public sector. This alarming tendency was made clear during the 1990 - 1994 period by the collapse of revenues from the capture of all commercial species (up to 5 times), reduction of total catches (2,5 times) and decrease of budget revenues through the sales of fishing licenses (2 times).

Without a radical change in the national policy that confronts the challenge created by fishing activities in the EEZ of the country followed by clear and executable control measures to restrict the activities of foreign fleets, it will not be possible to rebuild the decimated stocks, to create a favorable atmosphere for the development of the national capabilities in the fishing sector and to keep the desired level of budget revenues on a long-term basis. It is absolutely necessary to introduce the principles of sustainable use of the EEZ of the RGB and to improve the conservation and protection of the only national valuable resource.

This Summary is prepared for the National Assembly of Guinea-Bissau with the purpose to furnish current information on the situation of the fishery sector and discuss measures that could be taken to reduce or eliminate a few of the disturbing tendencies affecting it.

The measures under consideration are 1) Introduction of the Annual Management Plan for the Fishery Resources in the RGB 2) Renegotiation of international agreements of Fishery Cooperation.

The new fishery management measures suggested in the Annual Management Plan were presented to the National Assembly on June 1, 1995 in the documents prepared by TIPS.

Below we present an evaluation of the options to be considered by the Guinean government concerning international relations.

International Relations

The government of RGB faces the difficult task to reduce the quotas (Total Allowable Catch- TAC) of shrimp, cephalopods, demersal fish and tuna and corresponding effort measured in Gross Registered Tonnage (GRT) and number of vessels - creating a great risk of financial compensation cuts by the EU. As the resources of shrimp are clearly decimated, a reduction of the fishing effort of the EU by the Government of the RGB seems utterly justified.

In order to eliminate the cuts in budget revenues resulting from these restrictions the Government might consider a few options. Each of these options require additional negotiation and, therefore, may be rejected by the foreign partners: These options are as follows:

- a) Establish a higher amount for tuna fishing licenses, (amounts between Ecu\$ 500,000 - 1,000,000),
- b) Re-examine and request the payment of remuneration for each ton of tuna caught by France and Spain from 1992 to 1994 in the waters of the RGB (approximately Ecu\$ 120,000- 300,000)
- c) Request the payment for tuna fishery during the two last years, in other words 1993/95 (between Ecu\$ 500,000 - 1,000,000)
- d) Negotiate the pending payments of fishing licenses for 1993 with China(approximately Ecu\$ 600,000).

- e) To agree with the EU on remuneration for the excessive effort used for shrimp fishing during 1993 - 1995, which according to the Fishery Cooperation Agreement should be made up for (amount estimated could be up to Ecu\$ 4,000,000.)
- f) Re-examine the issue of by-catch by the European fleet: during shrimp catch (target operation) they caught from 30 to 50 % of cephalopods and demersal fish. The question is, that if in this case the EU should buy additional licenses. The values for these licenses were not calculated but they could range between Ecu\$ 500,000 up to 1.200,000,
- g) Since the EU prefers not to supply fish for local consumption, the Government can request a additional remuneration to foster the development of artisanal fisheries - the most important source of fish for the local market. The total of this remuneration can be between Ecu\$ 150,000 to 300,000.
- h) Other compensation (support to the surveillance program, institutional support to the Ministry) could also be negotiated with the EU.

Vlad Kaczyinsky
Consultants
ICCAT
Madrid, Spain

Ambassador John Blacken
National coordinator
TIPS - Bissau
Guinea-Bissau
Fax (245) 20-11-85
7 pages

Re.: Information on tuna fishery in Guinea-Bissau coastal waters

Below are my conclusions on the available scientific material by the ICCAT and conversations with regional managers of that organization.

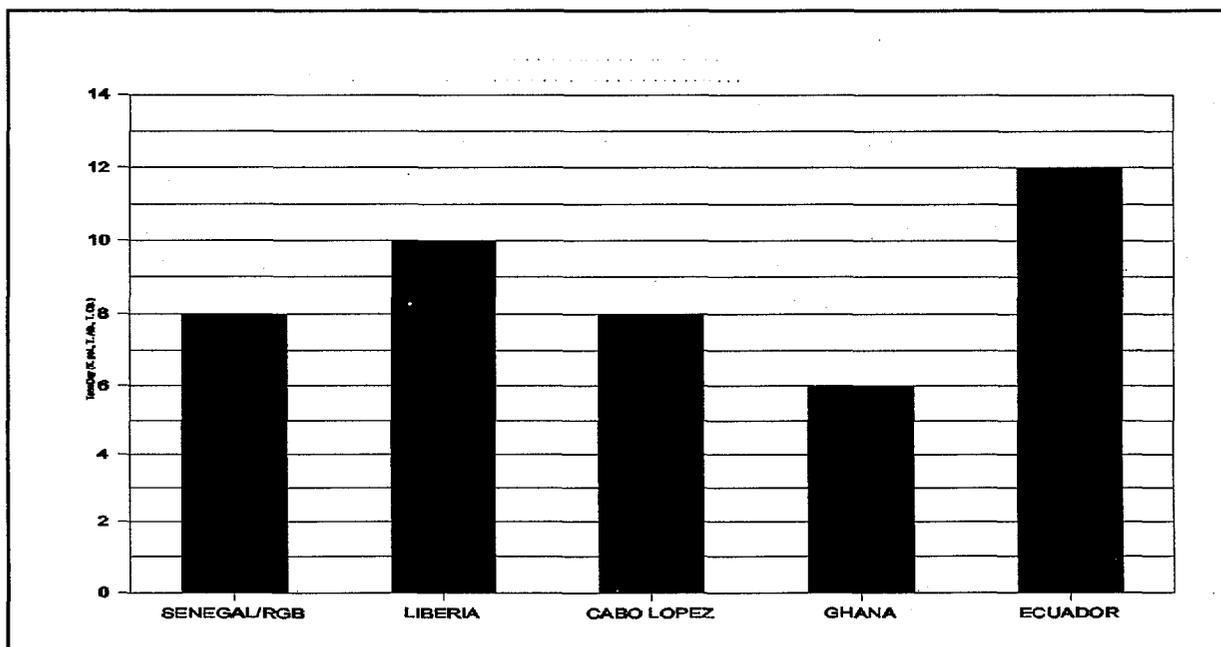
1. Tuna total catches (particularly yellowfin, skipjack and bigeye) in the Western African Coast show a growing tendency. In 1993, total catch was 304,000 tons (see graphic),
2. The average daily catch by the French, Senegalese, and Ivory Coast seiners in Senegalese and Guinean waters is a daily tons.
3. During 1992 the Spanish seiners caught daily yields of 13 tons/vessel.
4. All tuna vessels use approximately 50% of their time searching for tuna stocks. Under these circumstances it is necessary to use only half of the fishery license time to calculate the estimated catch. The second option would be to cut actual catch by half in Guinean waters and multiply this number by the number of days licensed to operate.

**TUNA DAILY YIELDS
BY FLEETS FROM FRANCE, IVORY COST
AND SENEGAL. EASTERN TROPICAL ATLANTIC OPERATIONS**
(Annual Average between 1980 and 1990)

AREA OF OPERATION YIELD	DAYS OF OPERATION	DAILY YIELDS (TONS)	TOTAL ANNUAL
SENEGAL/RGB	2,277	8	18,508
LIBERIA	2,676	10	25,955
CABO LOPEZ	2,815	8	22,377
GHANA	1,137	6	7,029
ECUADOR	962	12	11,780
TOTAL/AVERAGE	9,867	9	85,649

Source:

Foucher, E. PUE et effort de peche local des thoniers senneues dans les pecheries de l'Atlantique Tropical Est, Recueil de document scientifiques Commission Internationale pour la conservation des thonides de l'Atlantique, p.259, Tableau 1, Vol. XLII (2), Madrid, 1994

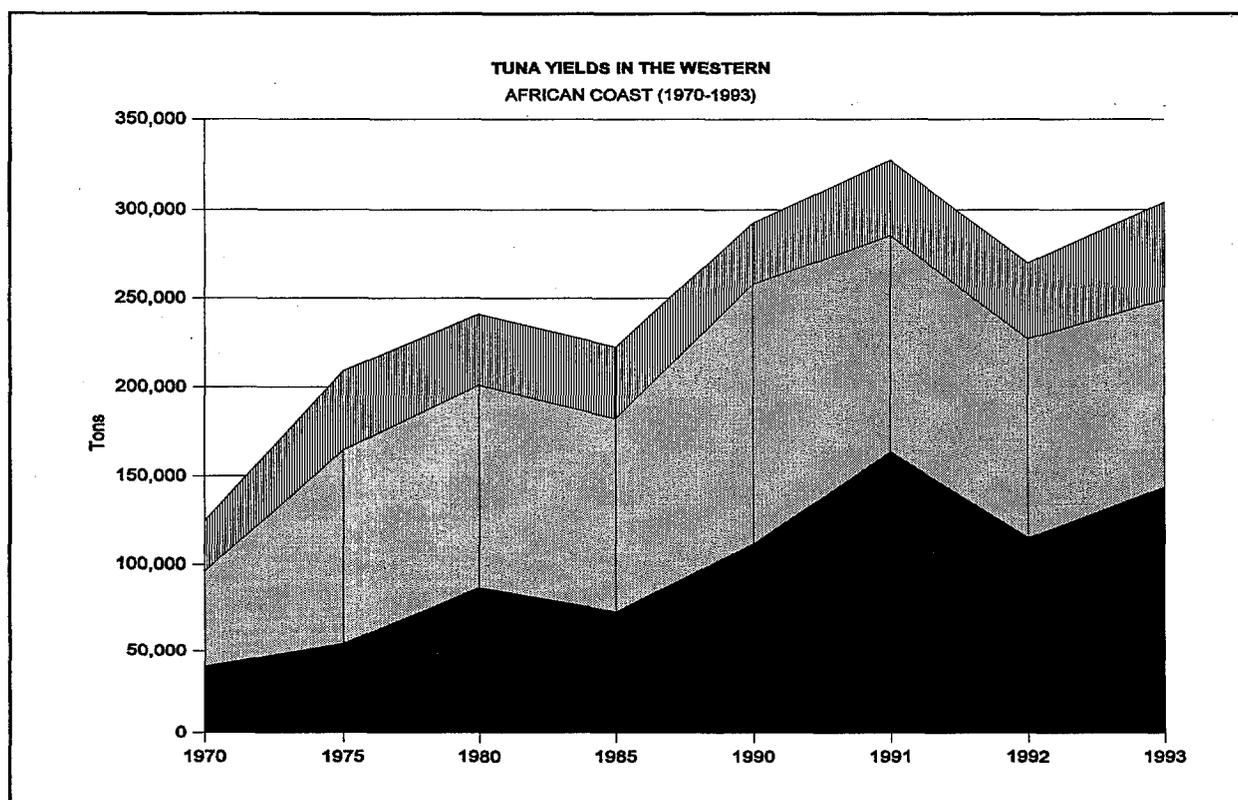


24

**TOTAL TUNA YIELDS
IN THE WESTERN AFRICAN COAST, 1970 - 1993 (Metric Tons)**

Species	1970	1975	1980	1985	1990	1991	1992	1993
K. Pelamis	40,786	54,729	87,334	73,569	111,915	163,839	115,175	144,033
T. Albacores	55,463	110,062	113,702	108,935	145,970	121,489	111,926	104,944
T. Obesus	28,780	44,387	39,991	40,019	34,549	41,979	42,754	55,061
TOTAL	125,029	209,178	241,027	222,523	292,434	327,307	269,855	304,038

Source: FAO/ International Commission on Conservation of Atlantic Tuna (ICCAT), Madrid, 1995.



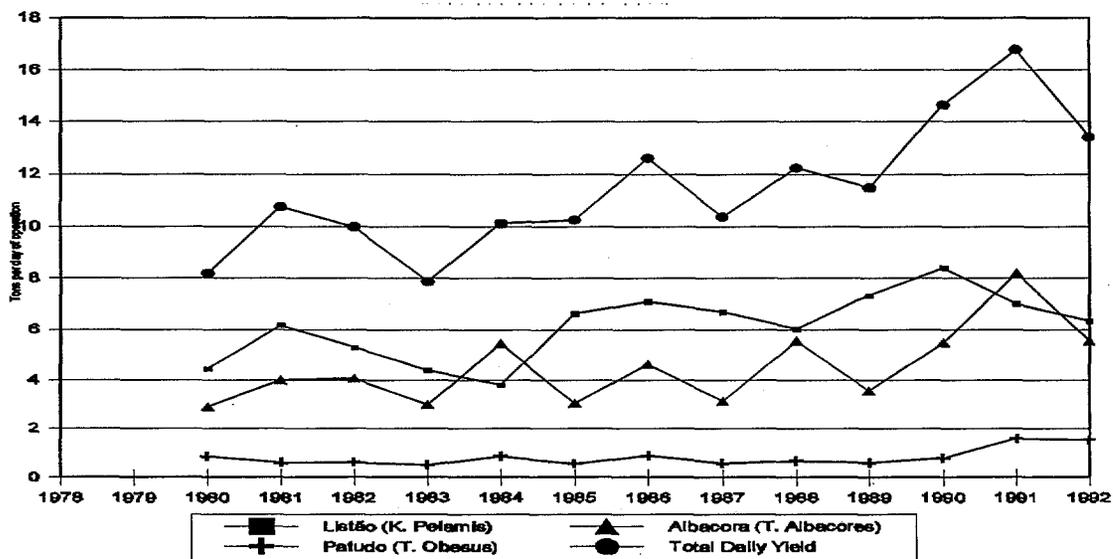
25

**DAILY CATCHES BY A SPANISH TUNA SEINER
BETWEEN 1980 AND 1992 IN THE WESTERN AFRICAN COAST
(Annual Average 1980-1990)**

YEAR	"Listão" (K. Pelamis)	"Albacora" (T. Albacores)	"Patudo" (T. Obesus)	TOTAL
1980	4.44	2.9	0.84	8.18
1981	6.17	3.99	0.59	10.75
1982	5.3	4.07	0.61	9.98
1983	4.39	2.98	0.50	7.87
1984	3.8	5.46	0.85	10.11
1985	6.64	3.05	0.55	12.6
1986	7.09	4.64	0.87	10.37
1987	6.68	3.03	0.56	12.24
1988	6.01	5.56	0.67	11.48
1989	7.32	3.57	0.59	14.64
1990	8.39	5.48	0.77	16.78
1991	7.0	8.2	1.58	
1992	6.32	5.56	1.52	

Source: Estadísticas Españolas de la Pesquería Atunera Tropical en el Océano Atlántico, Colección de Científicos, Vo. XLII (2), Comisión Internacional para la Conservación de Atun Atlántico, Página 424, Quadro 12, Madrid 1994.

Documentos



26

**FRENCH AND SPANISH TUNA
VESSELS LICENSED TO OPERATE IN THE EEZ IN 1994**

		License		Total Yield		LICENSE VALID				
Sale Number	EST. YIELDS(Tons)	VESEL NAME	Lic. Fee	From	Until	Days	Per Day			
Total	\$Ecu	Value \$Ecu	TAB							
SPAIN										
1	72	N. B. Torronto	114	01.01.94	31.12.94	360	1	350	300	218,900
2	73	Santa Gema V	140	01.01.94	31.12.94	350	1	350	300	318,900
3	202	Txori	857	01.11.94	31.12.94	50	3	180	300	159,450
4	203	Gure C. Libre	421	01.11.94	31.12.94	50	2	120	300	105,300
5	204	Txirrine	537	01.11.94	31.12.94	50	3	130	300	159,450
6	205	Alcaudan	857	01.11.94	31.12.94	50	3	130	300	159,450
7	174	Waksman	133	01.09.94	31.12.94	50	1	60	300	53,150
FRANCE										
1	60	Angle de Mer	127	01.01.94	30.05.94	180	1	180	300	159,450
2	61	C. Bayard	156	01.01.94	30.05.94	180	1	180	300	159,450
3	62	Corona del Mer	130	01.01.94	30.05.94	180	1	180	300	159,450
4	63	Et.D'Esperance	402	01.01.94	30.05.94	180	2	360	300	313,900
5	64	L'herricka	290	01.01.94	30.05.94	180	2	360	300	313,900
6	65	Sardara	84	01.01.94	30.05.94	180	1	90	300	79,725
7	66	Ernai	379	01.01.94	30.05.94	180	2	360	300	318,900
8	206	Piere Briant	1,177	01.11.94	31.12.94	60	6	360	300	318,900
9	207	Viallarmattan	1,113	01.11.94	31.12.94	60	6	360	300	318,900
10	208	Cap Sant Piere	645	01.11.94	31.12.94	60	3	180	300	159,450
11	209	Marsouin	593	01.11.94	31.12.94	60	3	180	300	159,450
12	210	Via Simoun	1,146	01.11.94	31.12.94	60	6	360	300	313,900
13	211	Mervent	608	01.11.94	31.12.94	60	3	130	300	159,450
14	212	Ile A. Mones	750	01.11.94	31.12.94	60	4	240	300	212,600
15	213	Belouga	608	01.11.94	31.12.94	60	3	180	300	159,450
16	214	Ile De Kerbihan	608	01.11.94	31.12.94	60	3	180	300	159,450
17	215	Laurent	608	01.11.94	31.12.94	60	3	180	300	159,450
18	216	Ile Tristan	783	01.11.94	31.12.94	60	4	240	300	212,600
19	217	Ile A. Bougainville	851	01.11.94	31.12.94	60	5	300	300	265,750
20	218	Prince Clara	851	01.11.94	31.12.94	60	5	300	300	265,750
21	219	Santa Clara	773	01.11.94	31.12.94	60	4	240	300	12,600
22	220	Via Avenir	1,284	01.11.94	31.12.94	60	6	360	300	318,900
23	221	Via Mistral	1,284	01.11.94	31.12.94	60	6	350	300	318,900
4	222	Rio Mare	1,284	01.11.94	31.12.94	60	6	360	300	318,900
25	223	Jacques Cartier	851	01.11.94	31.12.94	60	5	300	300	265,750
25	25	Subtotal	17,434			2,340		6,570	7,500	5,819,925
32	32	GRAND TOTAL:	20,544			3,360		6,570	9,600	7,095,525

Note: The yield values were based on the tuna average price at US\$ 1275/ton = 1,060 ECU/ton

		US\$	Ecu\$
Calculation	50%	Listão (Africa)	950
	50%	Albaco (Italy)	1,600
		Average price	1,275
			1,063

Source: Serviço de Estatística, Minsitry of Fisheries, 1995

FAX TO AMB. JOHN BLACKEN
JUNE 21/1995
FROM VLAD KACZYNSKY

27

Caro John:

I. Sobre seu fax datado de 19 de junho: Tanto David Fluharty e eu concordamos com suas correções a nosso Relatório da Missão. Estou anexando a página 5 do relatório como foi requisitado. O meu relatório da missão estará finalizado se e a Parte II deste fax forem anexados., Portanto estarei aprontando tudo para enviá-lo por fax ou DHL como o Plano de Gestão. Por favor envie a seguinte parte ao Sr. ministro depois de traduzido.

II. A pesca do atum nas águas costeiras da RGB.

Não mencionei no meu fax de Madri que, de acordo com os peritos do ICCAT não faz sentido estabelecer cotas para o atum (em particular albacora, listão e patudo - três das espécies mais importantes pescadas em águas guineenses) porque estas espécies são altamente migratórias. Todos os anos elas se deslocam ao longo da costa da África Ocidental, do Açores ao Golfo da Guiné. A partir daí voltam ao oceano e fecham seu ciclo de migração na área do Açores.

Por outro lado, todos os cardumes de tuna estão altamente explorados ou depauperados, e em particular o albacora - e a ICCAT recomenda cortes no esforço pesqueiro. Isto significa que o número de barcos atuneiros permitidos a pescar deveria ser reduzido e não crescer (como aconteceu no Acordo RGB-EU) e a ICCAT está firmemente recomendando cortes gerais em intensidade na pesca do atum na região. Infelizmente, a ICCAT - como outros órgãos de gestão internacional - não tem nenhuma capacidade de fiscalização, e os operadores europeus (França, Espanha) e asiáticos (Japão, Coréia, Formosa, República Popular da China) ignoram estas solicitações completamente.

Nestas circunstâncias, a ICCAT pediu que eu informasse ao TIPS e ao Ministério da Pesca que a melhor maneira de se iniciar o controle da a pesca do atum na África Ocidental seria aumentar as taxas de licença tarifas e outro benefícios para os países costeiros deveriam tomar medidas coordenadas através da Comissão Regional da Pesca. Neste caso, o Senegal, Cabo Verde, a RGB, República de Guiné, Serra Leoa, Costa do Marfim e outros países costeiros poderiam estabelecer uma cota regional, dividi-la ela entre zonas particulares e limitar o total de esforços (número de atum cerqueiros, palangre e cana) que poderiam ser pescados em toda a área. Entretanto, por diversas razões, tal arranjo não será possível no momento, mas o ministro poderia levantar este assunto para outros países associados o mais rápido o possível.

Enquanto isso, foi recomendado ao governo tomar as seguintes medidas para proteger seus próprios interesses:

28

1. Aumentar unilateralmente as taxas de licença para todos os barcos atuneiros que fizerem pedido para licença de pesca, utilizando-se dois critérios:

- a) importância global para taxas anuais de licença (ou pro rata temporis para mais curtos períodos) para cada barco. A taxa, entretanto, deveria ser mais alta para atuneiros cercadores, (por exemplo, US\$ 35,000 por ano). Atuneiros de palangre poderiam pagar aproximadamente 20 % taxa menos (ou seja US\$ 28,000 por ano) e cana 40% menos que cercadores (ou seja, US\$ 21,000 por ano). Isto é devido às taxas de captura diferirem entre estes tipos de navios,
- b) Para cada tonelada de atum pescado na ZEE da RGB estes barcos deveriam pagar US\$ 30.
- c) A renovação da licença para o próximo ano (ou outro período) está estritamente sujeita à entrega de dados estatísticos sobre a captura na ZEE da RGB dentro do prazo estipulado. Estes dados deveriam ser transmitidos por rádio ou através de um representante da UE em Bissau a cada dois meses e incluir todo o tempo gasto nesta zona. Se o barco estiver atrasando a entrega destes dados a licença não deveria ser renovada. Isto é o que propõe a ICCAT.

O pagamento da taxa pela pesca do atum (para cada tonelada) deveria ser recebido pelo governo da RGB antes da próxima licença ser concedida.

2. Apresentar o Relatório sobre Atum à Comissão Regional da Pesca e tentar chegar a um acordo com outros países do Oeste Africano sobre taxas de licença, limitação de esforço, acervo de dados estatísticos e sanções coordenadas contra navios atuneiros violando regulamentação de acordos de pesca do atum nas águas desta region costeira. Se necessário, o TIPS poderia patricinar a preparação de tal documento para o Sr. ministro. Possivelmente, tal estudo poderia ser preparado juntamente com peritos do Ministério da Pesca.

3. Através do Ministério das Relações Exteriores, o governo poderia enviar comunicações diplomáticas para embaixadores da França, Espanha, ao atual presidente da UE em Bruxelas, ao Presidente da FAO em Roma, ECOWAS, e outras organizações regionais e internacionais demonstrando por um lado a completa falta de respeito pela UE, de suas próprias obrigações dentro do Acordo de Cooperação Pesqueira (por exemplo 1993/95) vis-a-vis a RGB, o pagamento substancialmente abaixo do valor real das taxas de licença ao governo e nenhuma preocupação quanto às medidas de preservação do atum que são recomendadas por competentes organizações internacional. Tal comunicação poderia indicar, em números, qual o benefício econômico que as frotas atuneiras estrangeiras obtêm da operação em águas guineenses comparado e quanto eles pagam por suas capturas em comparação a áreas tais como o Oceano Índico e o Oceano Pacífico Oeste.

Em resumo, a injustiça do atum deveria ser trazida ao público na Europa e outras partes do mundo (Japão, Formosa, Coréia) e a Guiné Bissau poderia esperar rápidos e energéticos passos que os governos desses países deveriam dar para satisfazer completamente (tanto monetariamente quanto em termos de políticas) o governo da RGB para as infrações existentes das normas e acordos internacionais dos quais a RGB faz parte.

Se necessário o TIPS poderia trabalhar nessa questão em cooperação com o governo (Minsitério da Pesca, Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Cooperação Internacional e outras agências governamentais).

Em resumo, há a necessidade de tomar passos mais energéticos e bem direcionados para deter as práticas das frotas estrangeiras, que são danosas aos seus recursos pesqueiros.

III. Planejamento da Próxima Missão

Estou planejando ir à Washington D.C de 26 a 29 de junho para fazer várias apresentações sobre "População, Mercados e Sustentabilidade do Oceano e do Ambiente Costeiro" para o Banco Mundial, NOAA, USAID, UNEP e outras organizações. Também planejo visitar a MSI e a Labat para atualizar suas informações sobre a o setor da pesca na Guiné-Bissau. Gostaria muito de suas sugestões para essa reunião com as empresas.

Atenciosamente,

Vlad M. Kaczinsky

MISSION REPORT AND RECOMMENDATIONS

II. Tuna fishing in Guinea-Bissau's coastal waters

I did not mention on the fax I sent you from Madrid ad, according to the ICCAT to technicians, it doesn't make any sense to establish tuna quota (especially for Yellowfin, Skipjack, and Bigeye - the most important species in Guinean waters) because these are highly migratory species. They move all year along the Western African Coast, from the Azores to the Guinean Gulf and then move outward towards the ocean to end their migratory cycle in the Azores again.

On the other hand, all tuna resources are highly exploited and decimated - particularly Yellowfin tuna - and ICCAT has recommended reduction in fishery activities. This means that tuna vessels should have been reduced not increased as happened in the agreement between Guinea-Bissau and the USA. ICCAT has highly recommended a sharp reduction in the tuna fishery effort. Unfortunately, the ICCAT, like many other international institutions, does not have any enforcement capacity, and European operators (France and Spain) and Asian (Japan, Korea, Taiwan and China) simply ignore such recommendations.

Under these circumstances, ICCAT has asked me to inform you and the minister of Fisheries that the best method to control tuna fishery in Western Africa is to increase license fees and other benefits to coastal countries will be coordinated measures through the Regional Fishery Commission, of which Guinea-Bissau is a member. In this case, Senegal Cape Verde, Guinea-Bissau, Guinea-Conakry, Sierra Leone and the Ivory Coast and other coastal countries will be able to establish a regional quota, allocating it to determined EEZ's and limited operations (number of tuna purse-seiners, poleliners and longliners) in the region as a whole.

Unfortunately, for many reasons, such plans cannot be carried out for now but the minister could raise the issue among members of the government as soon as possible.

Meanwhile, the government could take the following steps in order to protect its interests:

1. Unilaterally increase the license fee for tuna vessels applying for license using two criteria:
 - a) Lump sum for yearly for each vessel. However, the fees for tuna super-seiners should be higher, (US\$ 35,000/yr). Tuna longliners could pay a fee around 20 percent lower (i.e., US\$ 28,000) and poleliners 40 percent less in the super-seiners (i.e., US\$ 21,000/yr), because average catch varies among these types of vessels.;
 - b) these vessels are to pay US\$ 30/ton of tuna caught in the Guinean EEZ.
 - c) the renewal of licenses for the following year (or any other period) will depend primarily on the timely delivery of statistical data on catches in the

Guinean EEZ. This data could be announced by radio or through the European representation in Bissau every two months and must cover all the activity period in the zone. If the vessel delays the presentation of the data the license will not be renewed. This is ICCAT's proposal.

The payment for tuna harvest (per ton) will be made to the Guinean government before the license for the next fishing season is granted (the payment of US\$ 20/ton had already been agreed upon in the previous agreement but it was never paid)

2. Present the report on tuna to the Regional Fishery Commission and propose an agreement with other Western African countries on fish license, efforts limit, collection of statistical data in coordinated sanctions against tuna vessels that violate the fishery agreements in this region. If necessary, TIPS project can finance the preparation of this document for the minister of Fisheries. Possibly, such a study could be prepared in collaboration with Ministry of Fisheries.
3. The government could send diplomatic notes, through the Ministry of Foreign Affairs, to the French, Spanish and Japanese ambassadors, to the current chairman Unilaterally increase the licence fee for all tuna vessels applying for licence using two criteria:
 1. Unilaterally increase the licence fee for all tuna vessels applying for licence using two criteria:
 - a) Lump sum for yearly licence (or pro rata temporis for shorter periods) for each vessel. The fee, however, should be highest for tuna super-seiners, (for example US\$ 35,000 per year). Tuna longliners could pay the fee about 20 % less (i.e., US\$ 28,000 per year) and poleliners 40% less than super-seiners (i.e., US\$ 21,000 per year). This is because catch rates differ between these types of ships,
 - b) For each ton of tuna harvested in the EEZ of RGB these vessels are to pay US\$ 30.
 - c) Renewal of the license for the next year (or other period) is strictly subject to the timely delivery of statistical data on catches in the EEZ of RGB. This data should be transmitted by radio or through the EU representative EU in Bissau every two months and cover all the time spent in this zone. If the vessel is delaying submitting of this data, the license should not be renewed. This is what proposes the ICCAT.

The payment of tuna harvest fee (per each ton) should be received by the Government of RGB before the following license is granted.

In short, the tuna injustice should be brought to the public in Europe and other parts of the world (Japan, Taiwan, Korea) and Guinea-Bissau could expect quick and energetic steps Governments of flag states must take to give full satisfaction (both monetary and policy-wise) for the Government of RGB for existing violations of the international norms and agreements RGB is party of.

If needed TIPS could work on such a demarche in cooperation with the Government (Ministry of Fisheries, Ministry of Foreign Affairs, Ministry of International Cooperation and other governmental agencies).

In short, there is a need to take more energetic and well directed steps to stop foreign fleet practices that are detrimental for the RGB and its fishery resources.

32

33

TIPS
TRADE AND INVESTMENT
PROMOTION SUPPORT PROJECT

ROUNDTABLE ON THE
FISHERY SECTOR IN GUINEA-BISSAU

Bissau, June 9, 1995

Introduction

On July 9, 1995 at the TIPS Auditorium in Bissau the second round table on the "Fishery Sector in Guinea-Bissau" was organized with the participation of professors Vladmir Kaczyinsky and David Fluharty from the School of Marine Affairs at the University of Washington, Seattle, Washington State, USA. 34

This roundtable was once again jointly promoted by the Ministry of Fisheries and TIPS Project, at the end of the consultants' visit. The objective of the roundtable was to create one more opportunity for the continual dialogue among sector-related groups regarding the existing problems for the management of the living marine resources in the EEZ of Guinea-Bissau. Among the issues discussed by the participants were:

The establishment of Total Allowable Catch - internationally known as TAC for main groups of species.

The introduction of new principles for the allotment of the fishery resources among the interested parties.

The "guineization" of the EEZ of Guinea-Bissau.

Reevaluation to of the fishery license fees and establishment of incentive for private companies.

Thirty six representatives from fishery-related public and private sector and donating institutions participated in the event. The list of participants is annexed to this report.

With the objective to prevent the destruction of stocks, preserve the commercial importance of this resource and increase socioeconomic benefits to the country, the Ministry of fisheries proposed the introduction of a Fishery Management Plan.

Thus, this meeting's main objective was to introduce the **Fishery Sector Management Plan** and gather ideas for the development of the national fisheries and allow the exchange of ideas and suggestions to improve the overall situation of the Guinean fishery sector.

Ambassador John Blacken opened the roundtable introducing the participants and welcoming everyone.

He briefly explained the objective of this meeting, stressing once again the fact that fishery resources are the main source of revenue for Guinea-Bissau and, consequently, of high economic importance to the country and to foreign operators, which has contributed for the decimation of the living marine resources through uncontrolled exploitation. He also reminded that for the last four years, according to data from the Ministry of Fisheries as well as data from the operators themselves, there has been a decline in the tonnage as well as the size of the fish caught in Guinean waters, which indicates excessive activity and overfishing.

Following the opening of the roundtable by Mr. Blacken, Mr. Henrique Silva, Assistant Director of the Ministry of Fisheries's Studies Office, briefly explained the reason for another meeting and asked everyone to fully participate and share their opinion about the proposal and the ideas to be presented during the meeting by professors Vlad Kaczyinsky and David Fluharty from the University of Washington and consultants for the TIPS Project.

Professor Vlad Kaczyinsky spoke about the Fishery Management Plan and the financial-economic impacts to for Guinea-Bissau.

He began by speaking about the current trends in the sector and said that the current state of applying of the living marine resources in Guinea-Bissau is caused by the uncontrolled activities of foreign fleets and inefficiency in the management and protection of the Guinean EEZ. He said that this is an alarming tendency is clearly evident during the period between 1990 to 1994 given the reduction of harvest for all commercial species (up to five times), the reduction of total catch (2.5 times) and the sharp decrease in budget revenues resulting from the sale of fishing licenses (2 times).

He said that, according to the data above, without a radical change in the national fishery policy that takes into account the challenges created by the fishery activities in the Guinean EEZ, followed by clear and executable control measures to restrict foreign operators' activities, it will be impossible to create a favorable environment in which the national capabilities can be developed and the desirable level of long-term budget revenues can be achieved and maintained. Professor Kaczyinsky feels that it is absolutely necessary to introduce the principle of sustainable use of the living marine resources of the Guinean EEZ and improve the conservation and protection of this important national asset. Accordingly, suggests the implementation of the following measures:

1) Introduction of the Annual Fishery Management Plan of Guinea-Bissau

Management Plan Objectives

The main objective of the Annual Fishery Management Plan In Guinea-Bissau is to avoid overfishing of the living marine resources and establish proper conservation and protection measures for those resources. However, he thinks that due to institutional limitations and difficulties for its implementation, plan should concentrate on a limited number of objectives. According to him, among the most important interventions considered by the plan are the following measures:

- a) the establishment of the Total Allowable Catch criterion - TAC - for the main groups of species,**
- b) definitions of the fishery effort (GRT), related to the TAC**
- c) introduction of new principles for the allotment of the fishery resources among the interested parties,**
- d) reevaluation of fishing license fees and establishment of incentives for private companies,**

- e) **Implementation of protection and preservation measures for the fishery resources,**
- f) **implementation of accompanying legislative and administrative measures.**

36

Mr. Kaczyinsky thinks that the **the Ministry of Fisheries must be the managing institution** because, according to the General Fishery Law, Title II, Chapter 1, Article 8, it is "the responsibility of the Ministry of Fisheries to implement Fishery Management Plans based on available scientific and economic information." The Ministry may request the opinion of sector-related organizations (Section 4).

Therefore, the Ministry through the CIPA and the Industrial fishery national office, assisted by the Planning and Studies Service will be responsible for the preparation, debate and public consultation of the draft of the plan and the publication and implementation of future Management Plans.

He said that in his opinion, the Annual Management Plan must contain, among others the following measures:

ESTABLISHMENT OF THE TOTAL ALLOWABLE CATCH (TAC) CRITERION

The Total Allowable Catch (TAC) for a commercial species or group of species traditionally caught by foreign fleet in Guinean waters is paid on the estimated Resource Sustainable Yields (RS), which is established considering the following objectives:

- a) to maintain long-term productivity (sustainable level) of the living marine resources and replenish the overexploited stocks,
- b) protect the interest and opportunities for artisanal fishers and small Guinean industries.
- c) ensure a balance between the catch capacity of foreign fleets and the state of commercial stocks in order to avoid excessive efforts in the Guinean EEZ.
- d) Protect the living marine resources and the environment against the negative effects of uncontrolled and destructive fishery.

ESTABLISHMENT OF CATCH LIMIT

Mr. Kaczyinsky thinks that even if the levels of Sustainable Resources are not defined numerically, in order to draft the first plan for 1995 it is necessary to establish the estimated level of stocks for commercial species or groups of species to be exploited by the foreign operators.

He thinks that Guinea-Bissau now needs reliable information on the level and state of its fishery resources. This represents the most sensitive and dangerous gaps in the information on industrial and open ocean fishing activities, because the sale of licenses to foreign operators is being made in the dark.

However, there are no studies that would allow to precisely establish the quantity and catch potential. On the other hand, very little is known of fair biological cycles, trophic relation and migration.

ACCESS TO THE FISHERY RESOURCES AMONG FISHERY SUBSECTORS

Regarding the recommendations of the "New Policies for the National Fisheries," Dr. Kaczyinsky thinks that the plan must set the access priorities to the resources, which will be based on the decree of this activity with the national economy. He listed the following criteria that could be considered as guidelines for the allotment processes along the interested parties:

- a) the nationality of the fishery company,
- b) flag the vessel is flying,
- c) degree of integration of the activity with the national economy;
 - joint ventures;
 - leased vessels by Guinean companies;
- d) experimental activities and fishery exportation,
- e) foreign fleet operating according to the Bilateral Fishery Cooperation Agreement,
- f) foreign vessels operating without any Cooperation Agreement

Due to difficulties previously mentioned, he thinks that the suggested sustainable yield level has a strictly preliminary characteristic and serves as an example of the initial definition for the RS. The RS amounts must not be considered quotas. He introduced some numbers that could be the quotas for certain species, to be discussed by the participants.

2) Renegotiation of International Agreements on Fishery Cooperation on a more realistic basis

Mr. Kaczyinsky evaluated some options that could be considered by the Guinean government in the international relation arena.

He thinks that the Guinean government faces the difficult task of reducing the fishing quotas - Total Allowable Catch - for shrimp, cephalopods, and demersal fish and the effort measured in Gross Registered Tonnage - GRT - and, consequently the number of vessels, running a great risk to see the financial compensation provided by the European Union cut. He also said that, considering that the shrimp resources are clearly decimated, the reduction of fishing effort for the European Union fleet by the government of Guinea-Bissau seems complete justifiable.

According to Professor Kaczyinsky, in order to decrease or even eliminate the impact of the reduction in budget revenues, that resulted from the decision to reduce fishery efforts the government may consider a few options. He reminded them, however, that any of these options will require additional negotiations and, therefore, may be refused by the foreign counterparts.

- a) set a higher value for tuna fishery.
- b) reexamine and request the payment of compensation or each ton of caught by French and Spanish fleets from 1992 to 1994 in the Guinean EEZ.

37

- c) request the payment for tuna fishery during the past two years (according to start Fishery Cooperation Agreement between the government of Guinea-Bissau and the European Union it should be paid).
- d) negotiate the pending payments for the sale of fishing licenses with China for 1993.
- e) to agree with the European Union on a compensation for the excessive efforts for shrimp fishing from 1993 to 1995, which according to the Fishery Cooperation Agreement should be paid.
- f) reexamine the issue of by-catch fishing by the European fleet: during shrimp fishing as a target species, they caught from 30 to 50 percent cephalopods and demersal species. The issue is if the operators should pay for additional licenses.
- g) considering that the European Union prefers not to supply fish for the internal Guinean market, the government can request an additional sum to promote the development of artisanal fishery, the most important source of fish for domestic consumption.
- h) other compensations (support for the surveillance program, institutional support to the Ministry could also be negotiated).

38

Following Mr. Kaczyinsky explanations, Professor David Fluharty described the basic concepts of the Annual Fishery Management Plan In Guinea-Bissau.

Professor Fluharty explained how the **Total Allowable Catch method is determined**. He said that yield management in Guinea-Bissau is performed assuming that the relationship between the vessel's total allowable catch and the average catch is predictable. This criterion is very effective when (or where) there is little scientific knowledge on stocks and/or there is limited capacity to carry out scientific research.

Unfortunately, he said, management through the TAB criterion gives place to inaccuracies and often results in overexploited resources. The reason for that is that granting licenses through the TAB criterion is like allowing the operator to catch the largest possible quantity of resources without any respect war the state of the stocks.

In many countries, fishery is managed by a quota system. According to this system, it is not the quantity of the effort that is controlled. What is controlled is the total catch. This managerial method has the advantage to allow free access to the fishery resources. However it can also cause over capitalization of the fishing fleet.

When there is a large number of vessels applying for access to the resources, the competition for quotas may cause small problems. By combining fishery effort management with limiting the catch of yields through the Total Allowable Catch criterion it is possible to develop an efficient and sustainable fishery plan.

The issue, then, is how to determine the TAC when there is limited information available, since the TAC is usually set by using scientific data. Ideally, in order to determine the TAC, it is necessary to know the total biomass of fish stocks, its population structure, and its ecological relationship, which can only be known through scientific research. Whenever this data is not available or its accuracy can not be trusted, fishery managers must use their professional experience to determine the best resource-sustainable catch levels. 39

Under these conditions, the fishery managers may obtain useful scientific information from a variety of scientific sources and other sources that can assist them to confirm or denied the trends of population levels.

This type of management in which the TAC estimation is done systematically and documented for a number of years, offers a reasonable and dependable way to estimate stocks levels.

TAC management is more useful for demersal fish stocks that live longer, but can also serve and a approach for the management of tuna, pelagic, shrimp and cephalopods in situation in which there is little or no independent scientific information.

Much of the fishery management literature may reference to Maximum Sustainable Catch (MSC). This concept has lost it validity as standard for fishery management. However, it still has theoretical use and can be employed as pedagogical instrument. Sustainable production is considered as objective of fishery management

Total Allowable Catch - TAC - is used to manage fishery activities by determining quotas as guide to be used and to prohibit further fishing operations when that quota is reached. Consequently, the yields are monitored closely. When the fleet catches or plan to catch the TAC, additional fishery is prohibited. This prevents overfishing, which eventually takes place whenever the granting of license is done because of quota limitation.

Issues to consider when determining the Total Allowable Catch levels

- 1) determine biomass (if not possible then:)
- 2) consider the historical life of the species
- 3) examine the biodynamic structure of the species
- 4) consider ecological relationships
- 5) consider current catch (including industrial, artisanal, illegal and by-catch fishing)
- 6) examine catch trends (for all available years)
- 7) analyze the trends per effort unity
- 8) examine the trends of size, length and weight of the fish cost (observations are made by boarded observers or in the market when fish is unloaded in Guinea-Bissau)
- 9) examine the trends in the composition of the yields, when there is more than one species caught
- 10) evaluate environment (climate, currents, etc.)
- 11) use the knowledge of fishers (artisanal and industrial)
- 12) consider social, economic and political factors

This data and other types of information are used in an “adaptive” management style to adjust the TAC levels. What this means is that fishery managers, through the Annual Management Plan, will examine the results of their decisions and will decide which changes must be introduced, as for example, the establishment of lower TAC levels if they observe an actual decrease in catch yields. 40

The Total Allowable Catch criterion could be increased if, for example, the catch yields per effort unit or the size of individual fish is larger, or if fishers noticed higher density in relationship to previous endeavors. The TAC could be decreased if the catch yields per effort unit decreases, if the size of the fish decreases, or if fishers observe a decline in the abundance of stocks.

The estimated Total Allowable Catch is not very precise in careful is expressed as a interval of values, for example, the fish population can be estimated at a minimum of 2,000 tons and a maximum of 3,000 tons. Usually, the average avoid in the interval ends up as the estimated Total Allowable Catch. In this case, it would be 2,500 tons.

The fishery management objectives may affect TAC definition. Below are some examples:

To replenish overexploited resources, the TAC may be set at a level below what it could actually be, according to what is indicated by updated catch yields trends, given the fact that the trend was presented according to a overexploited situation.

To reduce the level of species that compete against species that carry higher commercial value, the TAC levels for the species that must reduced, can be increased.

The Total Allowable Catch can be modified by socioeconomic factors such as:

The size of the catches: fish that is too small or too large may be economically counterproductive concerning processing. Thus, TAC could be adjusted to yield the desired fish size.

Quantity: large quantities of fish available in the market may cause a drop in prices, which will make its sale unprofitable.

However, socioeconomic and political factors may affect the quantity of fish available. An example was Russia’s decision not fish in Guinean waters. As a result of this decision, total catch seems to decrease for certain species. This could appear as an indication of overfishing, while in fact it is the result of the Russians’ decision not to operate in the EEZ.

The process for determining the TAC offers a systematic mode to organize and evaluate the adequate level of effort for a certain species or group of species. When scientific data is not available, and when ecological relationships are not known, the type of process for determining the TAC as shown here offers a common solution that uses a simple approach for effort and quota limit.

Before ending his presentation Mr. Fluharty gave examples of countries that have decided to take measures to change the way their fish resources were exploited. He also stressed the example of Alaska.

After Mr. Fluharty's presentation, the participants were invited to debate the issues raised by the consultants. The subject that created most polemic was the issue raised by Mr. Kaczyinsky regarding a possibility to penalize or charge additional fees for high levels of by-catch with shrimp as target species. 41

Another issue was if there should be established a quota for tuna fishing since this is a migratory species.

Finally, the issue of surveillance was raised once again as vital for the implementation of any fishery resources management program and also the need to carry further research to evaluate the biomass available in Guinean waters.